

*Barraco Real: As Fofocas do  
Primeiro Reinado com D. Pedro I*



# Introdução

A Abdicação de D. Pedro I provocou um vazio político no país, acirrando a disputa pelo poder entre as duas principais correntes do Império: liberais exaltados e liberais moderados. O grupo dos exaltados era formado, principalmente, pelas camadas médias urbanas, enquanto que os moderados eram constituídos pelos representantes da aristocracia rural. Essas duas correntes políticas compunham o chamado Partido Brasileiro e haviam se aliado para derrubar D. Pedro I do poder e, com ele, os absolutistas do Partido Português, seus aliados. A abdicação pode ser considerada a derrota desse grupo e a vitória da oposição, que era constituída por diferentes grupos sociais, cada um deles com seus próprios objetivos.

# 1. Abdicação de D. Pedro I

D. Pedro I abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, no dia 7 de abril de 1831. Esse fato decorreu do desgaste na relação do imperador com a elite brasileira, representante e herdeira do “Partido Brasileiro”, causado por suas medidas centralizadoras e autoritárias.

Durante seu reinado, D. Pedro I impôs a Constituição de 1824, na qual centralizava o poder político em sua figura, prejudicando os interesses dos constituintes brasileiros que defendiam a restrição dos poderes imperiais. Além disso, a derrota na Guerra da Cisplatina e os impactos dela na economia brasileira foram cruciais para a perda de popularidade do imperador.

Por causa disso, D. Pedro I teve uma fria recepção em Minas Gerais, o que, juntamente das brigas que aconteciam na cidade do Rio de Janeiro entre o “Partido Brasileiro” (opositores de D. Pedro nesse contexto) e o “Partido Português” (defensores de D. Pedro) durante a Noite das Garrafadas, acabou por resultar em sua abdicação.

Nessa época, o herdeiro de D. Pedro I, Pedro de Alcântara, tinha apenas cinco anos e, de acordo com a Constituição de 1824, estava proibido de assumir o trono até completar 18 anos. Assim, teve início o Período Regencial, no qual o governo do país ficou nas mãos de regentes. Enquanto isso, Pedro de Alcântara foi tutorado por José Bonifácio, que o preparou para sua subida ao trono.

# Período Regencial

O Período Regencial brasileiro iniciou no ano de 1831 e estendeu-se até 1840, quando a maioria de D. Pedro II foi antecipada para que ele assumisse o trono do Brasil. Esse período de nove anos pôde ter sua divisão em: Regência Trina Provisória (1831); Regência Trina Permanente (1831-1835); Regência Una de Feijó (1835-1837); Regência Una de Araújo Lima (1837-1840).

Destacou-se nesse momento a atuação de três grupos políticos que, ao longo da regência, foram transformando-se nos dois grupos que dividiram a política brasileira no Segundo Reinado. Os grupos políticos do Período Regencial eram:

Liberais exaltados: os liberais exaltados eram defensores do federalismo, ou seja, de conceder mais autonomia as províncias brasileiras. Os membros desse grupo dividiam-se entre monarquistas e republicanos. Um representante influente dos exaltados era Cipriano Barata.

Liberais moderados: os liberais moderados eram monarquistas que sustentavam a coroação de D. Pedro II, no entanto, defendiam a restrição dos poderes imperiais. Um representante influente dos moderados era o Padre Diogo Antônio Feijó.

Restauradores: os restauradores eram monarquistas que defendiam o retorno de D. Pedro I para o trono brasileiro. Esse grupo enfraqueceu após a morte de D. Pedro I em 1834. Um representante influente desse grupo era José Bonifácio.

Durante as regências trinas, algumas ações importantes foram tomadas, como a criação do Código de Processo Criminal em 1832 que, entre muitas determinações, ampliou os poderes dos juízes de paz e, além disso, determinou o uso de júri no julgamento de crimes mais graves e criou o habeas corpus – um mecanismo jurídico que permite o réu responder por seu crime em liberdade. Outra ação de importância foi a criação da Guarda Nacional em 1831, que possibilitou aos cidadãos formar um corpo armado para conter os excessos governamentais e as rebeliões que pudessem acontecer. A jurisdição da Guarda Nacional era municipal, e ela era composta por todos os cidadãos que tinham direito ao voto entre 21 e 60 anos.

A decisão mais importante tomada nesse período foi a aprovação do Ato Adicional em 1834. Esse ato foi considerado uma vitória dos liberais exaltados, pois promoveu uma série de emendas na Constituição de 1824 e concedeu maior autonomia para as províncias brasileiras. Alguns historiadores afirmam que o Ato Adicional de 1834 iniciou uma breve experiência republicana no Brasil monárquico.

Com essa medida, foi determinado que o Poder Moderador não teria validade durante o período das regências e que o Conselho de Estado do Imperador seria abolido. A mudança mais importante permitiu o surgimento de Assembleias Provinciais, as quais teriam atribuições que até então não existiam. Assim, foi permitido, por exemplo, que as províncias criassem impostos locais e nomeassem e demitissem funcionários públicos.

A delegação de maiores poderes para as províncias brasileiras fortaleceu as disputas políticas locais, e isso contribuiu consideravelmente para que uma série de rebeliões provinciais acontecesse. Essas rebeliões possuíam motivações específicas relacionadas ao contexto político-social da própria província.

As principais rebeliões provinciais que aconteceram durante o Período Regencial foram: Cabanagem, Balaiada, Revolta dos Malês, Sabinada e Revolta dos Farrapos. No entanto, outros movimentos do tipo foram deflagrados em diferentes partes do Brasil, como a Cabanada, as Rugas Cuiabanas, Revolta das Vassouras etc.



# Regências Unas

Com a aprovação do Ato Adicional em 1834, também foi determinada a substituição da regência trina por uma regência una. A escolha do representante da regência brasileira foi feita em eleições que definiram o Padre Feijó como primeiro regente do Brasil. Padre Feijó manteve-se na função até 1837, quando renunciou ao cargo, forçando novas eleições. Entre as possíveis causas de sua renúncia, estavam as pressões políticas e problemas de saúde.

As novas eleições determinaram a vitória de Pedro de Araújo Lima como segundo – e último – regente. Durante o período da regência de Araújo Lima, aconteceu o conhecido “regresso”, que caracterizou o crescimento da ala dos conservadores na política brasileira. Com isso, algumas medidas em vigor, como a descentralização do poder, foram revertidas. Nesse período das regências unas, consolidou-se uma importante modificação no quadro político brasileiro. Os grupos políticos sofreram mudanças e foram redefinidos como liberais e conservadores. O primeiro era formado pela mescla de moderados e exaltados, e o segundo era formado por moderados e restauradores.

Durante a regência de Araújo Lima, as revoltas provinciais foram reprimidas com extrema brutalidade. Os destaques dessas revoltas podem ser feitos para a Cabanagem, que resultou na morte de 30 mil pessoas, e para a Balaiada, na qual morreram 12 mil pessoas. O citado retorno da centralização política ocorreu nesse período a partir da Lei Interpretativa do Ato Adicional, decretada em 1840.

# Motivos para o Golpe da Maioridade

Muitos acreditavam que a instabilidade era causada especialmente em decorrência da omissão de uma figura forte que governasse o País. No entanto, a Constituição de 1824 previa a maioridade do imperador somente aos 18 anos (art.121).

Os liberais, entretanto, conceberam a ideia de que era preciso centralizar novamente o poder. Por isso, apresentaram um projeto que antecipava a maioridade para ser votada pela Câmara em três vezes.

Igualmente, foi criado o Clube da Maioridade, liderado por Antônio Carlos de Andrada e Silva. A estratégia era reduzir a maioridade do imperador para que D. Pedro II, que transmitia a ideia de unidade nacional, pudesse assumir a liderança do Brasil.

A autonomia das províncias foi revogada pouco antes da chegada de Dom Pedro II ao poder. Dessa forma, o governo central retomou os poderes absolutos que tinha antes da abdicação de Dom Pedro I. Além disso, o novo imperador retomou o Poder Moderador, que havia sido suspenso no Período Regencial. Nesse ínterim, um dos primeiros desafios de Dom Pedro II era solucionar a Revolução Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul.

Assumindo o Império brasileiro com pouca idade, Dom Pedro II governou por muito tempo, tornando-se o governante que mais tempo esteve no poder ao longo de nossa história. O Segundo Reinado começou em 1840, logo após o Golpe da Maioridade, e só terminou em 15 de novembro de 1889, por conta da Proclamação da República.